



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 1^o / 12 / 2009

MENSAGEM Nº 45 IGG

Teresina(PI), 30 de 1^o Secretário de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei que "**Dispõe sobre assistência pública gratuita nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, em favor da população de baixa renda no Estado do Piauí, e dá outras providências**", pelas razões que seguem:

O presente Projeto de Lei assegura ao cidadão de baixa renda, em todo território do Estado do Piauí o direito à assistência gratuita, prestada pelo Poder Público Estadual através de seus órgãos nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo.

Não obstante o nobre objetivo perfilhado pelo legislador estadual, é imperioso reconhecer que o mesmo padece de vício de inconstitucionalidade formal e contrariedade ao interesse público..

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral do Estado, por intermédio do Parecer Nº PGE-GAB 35/209, de 30 de novembro de 2009, assim se pronunciou:

“

I – RAZÕES PARA VETAR O PROJETO DE LEI

3. A **moradia é direito social** (CF, art. 6º, *caput*), cuja efetivação cabe a todos os entes federados, por força do art. 23, IX, da Constituição Federal, que prevê a **competência comum** da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para "**Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.**"

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL

TERESINA - PI 10.11.2009
para o Senhor Presidente da Mesa
Raimundo Marlon Reis de Freitas
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Havendo competência comum, o Estado pode dispor legislativamente sobre a promoção de programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais.

Mas mesmo assim e ainda que seja necessário reconhecer a louvável intenção do Projeto, o presente Projeto deve ser vetado, pois acaba por dispor **de modo diferente** sobre matéria inteiramente regulada pela Lei nacional n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que *“assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.”*

Além disso, o Projeto de Lei, que é de iniciativa parlamentar, acaba criando deveres para servidores públicos estaduais e com isso alterando o seu regime jurídico.

4. Ao tratar novamente matéria objeto da Lei nacional n. 11.888/2008, o Projeto de Lei contraria o interesse público, pois ocasiona duplicidade desnecessária de leis, o que acaba gerando dúvida e confusão.

Além disso, o Projeto assegura o direito à assistência técnica pública e gratuita para construção de modo diferente do previsto na Lei nacional, conforme se vê abaixo:

i) No Projeto de Lei, é assegurado o direito ao **cidadão de baixa renda** sem precisar quem assim pode ser considerado (art. 2º); na Lei 11.888/2008, o direito é assegurado à **família de baixa renda**, que é definida de modo objetivo (art. 2º);

ii) o art. 3º da Lei nacional n. 11.888/2008 estabelece que o direito a assistência técnica deve ser efetivada mediante apoio financeiro da União aos Estados; ao passo que no Projeto de Lei o Estado deve prestar tal serviço com dotações orçamentárias próprias (art. 5º).

5. Depois, ao estabelecer que essa assistência será prestada por servidores públicos estaduais (art. 3º), o Projeto acaba por estabelecer atribuições/deveres para servidores públicos estaduais, ou seja, acaba por dispor sobre **regime jurídico** de servidores estaduais.

Para chegar a conclusão de que o Projeto dispõe sobre regime jurídico, basta adotar a definição de “regime jurídico” dada do seguinte modo pelo Supremo Tribunal Federal: *“A locução constitucional ‘regime jurídico dos servidores públicos’ corresponde ao conjunto de normas que disciplinam os diversos aspectos das relações, estatutárias ou contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes”* (ADIMC 1.381-AL, rel. Min. Celso de Mello, v.u., RTJ 187/97). Exatamente com a mesma definição esta outra decisão do STF: ADIMC 766-RS, o rel. Min. Celso de Mello, v.u., RTJ 157/460.



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

É sabido que a lei para tratar de regime jurídico é de **iniciativa privativa do Governador do Estado**, por força do art. 61, § 1º, II, “c”, da CF e art. 75, § 2º, II, “b”, da Constituição do Estado.

Assim, como resulta de iniciativa parlamentar, o Projeto de Lei é **inconstitucional formalmente**.

6. Por fim, além de dispor sobre regime jurídico, o Projeto de Lei não deixa de estabelecer atribuições a órgãos públicos estaduais, o que aliás fica dito no seu art. 4º.

De igual modo, é de iniciativa privativa do Governador (art. 61, § 1º, II, “e”, da CF; art. 75, § 2º, III, “b”, da Constituição Estadual) lei que trate de atribuições de órgãos públicos, ficando assim caracterizada mais uma vez a **inconstitucionalidade formal** do Projeto, por usurpação da iniciativa privativa do Governador do Estado.

Esse é o entendimento do STF, conforme se vê abaixo:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA.

*1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, **estruturação e atribuições de Secretarias** e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e).*

2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal.

Medida cautelar deferida.”

(ADIMC 2.646-SP, rel. Min. Maurício Corrêa, v.u., DJU 04/10/2002, destaque nosso).

“

III - Independência e Separação dos Poderes: processo legislativo: iniciativa das leis: competência privativa do Chefe do Executivo.

*Plausibilidade da alegação de inconstitucionalidade de expressões e dispositivos da lei estadual questionada, de iniciativa parlamentar, que **dispõem sobre criação, estruturação e atribuições de órgãos específicos da Administração Pública**, criação de cargos e funções públicos e estabelecimento de rotinas e procedimentos administrativos, que são de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, e), bem como dos que invadem competência privativa do Chefe do Executivo (CF, art. 84, II). Conseqüente deferimento da suspensão cautelar da eficácia de expressões e dispositivos da lei questionada.*



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

.....”
(ADIMC 2.405-RS, rel. Min. Carlos Britto, v.m., Lex-JSTF 327/14).


Ainda no sentido de que lei de iniciativa parlamentar não pode fixar atribuição de órgãos públicos, estas outras decisões do STF: ADIMC 2.239-SP, rel. Min. Ilmar Galvão, v.u., RTJ 176/1064; ADI 2.719-ES, rel. Min. Carlos Velloso, v.u., DJU 25/04/2003; ADI 2.417-SP, rel. Min. Maurício Corrêa, v.u., Lex-JSTF 305/60; ADIMC 2.799-RS, rel. Min. Marco Aurélio, v.u., DJU 21/05/2004.

II – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, por contrariar o interesse público e também padecer de inconstitucionalidade formal, aconselhamos o VETO TOTAL do presente Projeto de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade formal e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.


WILSON NUNES MARTINS
~~Governador do Estado do Piauí,~~
em exercício



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 09/12/09

Conceição de Maria Lopes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Dr. Foliz
para relatar.

Em 09/12/09

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

MENSAGEM Nº 75

PROCESSO AL 2464/ 2009

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta relatoria nos termos do art.47, Inciso VI, do regimento interno a proposição para emitir parecer, conforme dispõe os art.59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proposição que veta totalmente o projeto de Lei que “Dispõe sobre a assistência pública gratuita nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, em favor da população de baixa renda no Estado do Piauí, e da outras providências.

O Governo do Estado veta totalmente o presente projeto de Lei, pois acaba por dispor de modo diferente sobre matéria inteiramente regulada pela Lei nacional n.11.888, de 24 de Dezembro de 2008, que “*assegura as famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.*”

Ao tratar novamente de matéria objeto de Lei nacional 11.888/08, o projeto de Lei contraria o interesse público, pois ocasiona duplicidade desnecessária de leis, o que acaba gerando duvida e confusão. Além disso, o projeto assegura o direito á assistência pública de modo diferente do previsto a Lei nacional.

No projeto de Lei ao estabelecer que essa assistência será prestada por serviços públicos estaduais(art.3º),o projeto acaba por estabelecer atribuições/deveres para servidores públicos estaduais,ou seja acaba por dispor sobre **regime jurídico** de servidores estaduais.É sabido que a Lei para tratar de regime jurídico é de **iniciativa privativa do Governo do Estado**,por força do art.61,parágrafo 1º,II, “c”,da CF e art.75,parágrafo 2º,II, “b”,da constituição do Estado.

Assim como resulta de iniciativa parlamentar, o Projeto de Lei é inconstitucional formalmente.



ESTADO DO PIAUÍ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos Regimentais constitucional, somos de parecer favorável a manutenção do veto.

Sala das Comissões Técnicas - Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina (PI), ____ de Dezembro de 2009.


DEPUTADO ANTONIO FÉLIX
RELATOR

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 15	12/11/09
Presidente da Comissão de	
Justiça	

